

 <p>Ano da CPLP Contra o Trabalho Infantil</p>  	<p>VI Reunião dos Pontos Focais do Trabalho Infantil da CPLP</p> <p>29 de agosto de 2016</p> <p>Local : Sede do Secretariado Executivo da CPLP</p> <p>Palácio Conde de Penafiel Rua de São Mamede ao Caldas, 21 1100-533 Lisboa</p>
<p>Ata da Reunião</p>	

1. Sessão de Abertura

A Reunião teve o seu início com uma breve nota de boas vindas por parte de Manuel Clarote Lapão, Diretor de Cooperação da CPLP, em representação do Secretariado Executivo da CPLP, que introduziu os objetivos preconizados para o encontro e traçou uma rápida panorâmica dos avanços registados desde a última reunião de pontos focais. Seguidamente interveio Ana Santos, em representação do Escritório da OIT em Lisboa, que saudou os presentes e reiterou a importância do encontro para a consolidação do trabalho conjunto da CPLP com a OIT.

2. Aprovação da Agenda

A agenda foi aprovada pelos Pontos Focais de Trabalho Infantil sem alterações.

Na reunião estiveram presentes os Pontos Focais do Trabalho Infantil da CPLP de Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Angola foi representada por uma técnica da Missão de Angola junto da CPLP.

3. Balanço das Atividades do Ano de 2016 - Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil

Manuel Clarote Lapão traçou uma panorâmica globalmente positiva do grau de execução das atividades constantes no Plano, tendo considerado que algumas das que não registaram avanços dignos de registo tiveram como causa próxima o facto de a atividade não ter ainda ocorrido ou não se ter realizado no calendário previsto por falta de quórum, como foi o caso de algumas reuniões ministeriais, tendo lamentado não ter sido possível ir mais longe no envolvimento transversal de todas as áreas setoriais da CPLP.

Em termos gerais, destacou que, no âmbito do plano, havia sido possível:

- Intensificar a visibilidade política para a problemática nos Estados membros da CPLP;
- Remeter aos Estados membros uma carta de recomendação conjunta da OIT e SECPLP, apelando à ratificação das convenções fundamentais da OIT sobre TI, pelos Estados membros que ainda não o fizeram;

- Preparar e disseminar pelos pontos focais e parceiros da Sociedade Civil o material alusivo ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil e ao Ano de 2016;
- Recolher o endosso dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais para preparação de uma posição concertada da CPLP, a ser apresentada na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil a ter lugar na Argentina em 2017, e
- Dar início a um processo formativo, tripartido, relativo à elaboração, adoção e implementação de Planos de Ação Nacionais e de Listas Nacionais de Trabalhos Perigosos proibidos às crianças.

O **anexo 1** contém a apresentação que foi utilizada para a avaliação efetuada.

4. Informação e Ponto de Situação:

- **Atividades desenvolvidas no âmbito do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil e do Ano de 2016 - Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil;**
- **Repercussões/reações à carta conjunta OIT/CPLP enviada a todos os Estados membros em maio no âmbito do Ano de 2016 contra o trabalho infantil**

Procurando obter a informação relativa aos avanços ocorridos em contexto nacional em termos de implementação do Plano de Atividades, foram os Pontos Focais convidados a usar da palavra. Dessas intervenções é possível sistematizar os seguintes pontos:

- Ponto Focal do Brasil – Leonardo Soares Oliveira
 - Identificou o conjunto das alterações políticas ocorridas na tutela no Brasil e a forma como elas condicionaram, do ponto de vista técnico e operacional, a preparação de atividades no contexto do 12 de junho;
 - Esse fator foi também sentido ao nível do Ministério das Relações Exteriores, o que tornou inoperacional o processo de divulgação da carta conjunta da CPLP e OIT;
 - Mencionou que o logo do “2016 Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil” foi divulgado na reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil e inserido nas apresentações que foi possível realizar nos 26 Estados e no Distrito Federal;
 - Informou que estão em curso de planeamento algumas atividades para o dia 12 de outubro, dia da criança no Brasil, que procurarão dar maior visibilidade ao tema, fundamentalmente nas regiões onde o tema merece maior preocupação. Nessas atividades, está prevista a utilização dos materiais da CPLP, caso os mesmos cheguem ainda a tempo;
 - Concluiu referindo que em algumas dimensões o logo do “Ano” foi utilizado em algumas assinaturas eletrónicas do Ministério, embora concorrendo com o logo relativo ao programa para combate ao Vírus Zica, que assumiu maior protagonismo. Considerou, ainda que a agenda mediática não foi favorável a uma maior disseminação da ideia, dado que foi preenchida pelo tema das Olimpíadas e do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Roussef.
- Ponto Focal de Cabo Verde – Suleima Delgado
 - Da mesma forma que o Brasil, traçou o cenário das recentes alterações políticas ocorridas no país, com a entrada em funções de um novo governo e as consequentes alterações de tutela entretanto ocorridas;

- Partilhou a informação de que, no âmbito das celebrações do dia 12 de junho, tinha sido aprovada uma Lei relativa à lista de trabalhos infantis perigosos e que as celebrações do tema decorreram em consonância com o tema proposto pela OIT;
 - Confirmou que essas atividades contaram com os materiais promocionais remetidos pela CPLP, que se realizaram nas diferentes ilhas.
- Ponto Focal da Guiné-Bissau – Vitória Teixeira
- Começou por referir que atendendo ao contexto particular que se vive no país, não tinha sido fácil trabalhar o dia 12 de junho. Assim, tiveram de abordar o tema no âmbito da Quinzena da Criança e das celebrações do 20º aniversário do Parlamento Jovem, sessão que contou com a presença do Primeiro-Ministro na Sessão de Abertura;
 - Indicou que apesar dos planos existentes para a realização de uma conferência e para uma marcha, a exiguidade dos recursos nacionais e não identificação de apoios por parte dos parceiros de desenvolvimento, nomeadamente a UNICEF, impediram a sua concretização;
 - Informou que está em processo de aprovação um Código de conduta que identifica as atividades que não podem ser praticadas pela criança;
 - Referiu que os materiais remetidos pela CPLP ainda não haviam chegado.
- Ponto Focal de Moçambique – Paulina Mutolo
- Informou que os materiais da CPLP tinham chegado e sido distribuídos aos parceiros sociais, parlamento infantil, organização continuadores e OSC que trabalham os direitos das crianças;
 - Mencionou a realização de um Seminário para divulgação dos resultados do estudo sobre o TI e seu impacto em Moçambique, atividade realizada em parceria com as estruturas que acompanham a temática do género, criança e acção social, que permitiu lançar a Campanha “Cartão Vermelho contra as piores formas de TI”. Esta campanha terá projeção nacional e compreenderá eventos culturais, desportivos e palestras;
 - Esse mesmo estudo permitiu que se avançasse com o início do processo da preparação da Listas de Trabalhos perigosos. Nesse quadro, estão a trabalhar uns TdR, com vista a preparação e implementação, em parceria com a UNICEF
 - Informou, ainda, que será feito um trabalho de sensibilização nas áreas geográficas prioritárias do país.
 - Por último, indicou que, em agosto de 2016 foi solicitado apoio da OIT, para a conclusão do processo de preparação do Plano de Ação para a erradicação das Piores Formas Trabalho Infantil no país;
- Ponto Focal de Portugal – Teresa Pargana
- Realçou que em Portugal o TI é combatido pela junção de diferentes programas que atuam em conjunto e interligando-se;
 - Informou que os materiais da CPLP foram amplamente divulgados e tiveram muita aceitação, ao ponto de terem sido solicitados mais conjuntos, o que foi atendido pela CPLP;
 - A apresentação do Ponto focal de Portugal consta do **anexo 2**.

- Ponto Focal de São Tomé e Príncipe – Vilma Pinto
 - Começou por indicar que os materiais da CPLP tinham chegado e que foram utilizados nas atividades;
 - Depois esclareceu que as atividades realizadas no quadro do ano de 2016 foram efetuadas em conjunto com diversos parceiros, fundamentalmente no aspeto da comunicação, divulgação e mobilização. Esse programa foi desenvolvido nos três distritos onde a prevalência do fenómeno é maior. Assim, realizaram-se marchas e atividades de sensibilização das Escolas com a presença das forças vivas e representantes do ministério. Estas ações tiveram ampla cobertura mediática pela televisão;
 - Reportou que o Ministério se associou à Fundação Novo Futuro na realização de um jantar para angariação de fundos contra o trabalho infantil, no qual participaram o corpo diplomático, os parceiros sociais, os órgãos de soberania, as ONG e outras estruturas;
 - Informou que no final de 2015, o país aprovou uma Política e Estratégia de Proteção Social e um Plano Nacional de Ação contra o TI e um Seminário para apresentação de um estudo com o diagnóstico sobre a situação do TI no país. Já em 2016, o governo adotou uma Política Nacional de Proteção da Criança, um novo Código Laboral, onde consta a lista das piores formas de TI e um Plano Nacional de Emprego. Mais recentemente, foram trabalhados uns TdR de um projeto de apoio à integração de meninos de rua, ações de capacitação trilateral, com o apoio do Brasil sobre o acompanhamento de crianças em risco e atividades de capacitação, apoiadas por Portugal, sobre a convenção dos Direitos da Criança e como evitar todas as formas de violência contra as crianças;
 - Também o cenário eleitoral no país leva à impossibilidade de uma maior identificação e disponibilidade de recursos, sendo de esperar que para outubro de 2016 seja possível realizar atividades relativas à Campanha cartão vermelho;
 - Apresentou também algumas imagens de atividades desenvolvidas contra o TI.
 - A apresentação do Ponto focal de São Tomé e Príncipe consta do **anexo 3**.

- Ponto Focal de Timor-Leste – Aniceto Soro
 - Em termos das atividades realizadas, mencionou que as mesmas se realizaram no dia 12 de junho, que também é o dia da criança em Timor-Leste e envolveram: o lançamento da campanha do cartão vermelho, ações de sensibilização junto de zonas fronteiriças, o envio de mensagens dos parceiros sociais e Primeiro-Ministro, uma intervenção da Diretora da OIT /Bangucoque. Estas atividades foram realizadas com materiais produzidos no país, uma vez que os desenvolvidos pela CPLP ainda não tinham chegado;
 - Informou que o país avançou com a preparação de um Plano de Ação Nacional contra o Trabalho Infantil e Forçado que está em processo de consulta junto dos parceiros sociais e que se pretende validado na primeira semana de setembro de 2016. Espera-se a sua aprovação e adoção na segunda semana de outubro de 2016. Este plano estabelece como meta a erradicação total do TI em Timor-Leste até 2030 e das piores formas até 2025;
 - Um próximo passo importante para o país será a ratificação da Convenção (N:º138) da OIT, que se pretende ver ratificada antes da Conferência Global contra o Trabalho Infantil, no final de 2017;
 - Informou ainda que se encontra em processo de consulta pública a proposta de Decreto-Lei que aprova a lista de atividades perigosas;
 - A apresentação do Ponto focal de Timor-Leste consta do **anexo 4**.

5. Proposta de Monitorização do Trabalho Infantil

Dando seguimento a uma necessidade identificada na última reunião de pontos focais, o Secretariado Executivo informou os pontos focais que havia desenvolvido conversas com um Observador Consultivo da CPLP, no caso concreto, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa, para se iniciar um processo de reflexão sobre um possível modelo de avaliação das atividades realizadas no quadro da CPLP sobre a temática do trabalho infantil, nomeadamente quanto ao grau de execução e cumprimento do Documento de Projeto “Cooperação na Área do Trabalho Infantil nos Estados membros da CPLP e do Plano de Atividades do “Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil”.

A apresentação esteve a cargo de Pedro Goulart, Professor do ISCSP, cuja apresentação se junta a esta ata como **anexo 5**.

Da apresentação resultou clara a ideia da pertinência dos processos de monitorização para melhor se poder evoluir na implementação das atividades, a necessidade de identificar indicadores de mais fácil construção e que possam ser uteis, a necessidade de se encontrarem fontes alternativas de diagnóstico como inquéritos multipropósito e de se utilizarem indicadores na gestão dos problemas que priorizarem regiões, idades de risco e meses do ano.

Em resposta à apresentação da proposta:

- O Ponto Focal da Guiné-Bissau – Vitória Teixeira, identificou que no seu país existem inquéritos com indicadores múltiplos sobre situação da mulher e da criança, realizados a cada 5 anos, com o apoio da UNICEF.
- A representante de Angola – Sofia Cochat, mencionou a pertinência de se poder trabalhar com a Reunião de Ministros da Educação da CPLP, que se encontram num processo de construção de estatísticas para o setor da educação e que poderia ser interessante uma articulação de atividades com o exercício em curso.
- A esse propósito, seria convidada a intervir Arlinda Cabral, da Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa, que apresentou o documento que consta como **anexo 6**.
- O Ponto Focal do Brasil – Leonardo Soares Oliveira, informou que o Brasil produz, desde 1992, um inquérito, com base anual que levanta dados sobre trabalho infantil. Esta ferramenta passará a ter incidência trimestral. Trata-se de uma ferramenta que é utilizada pelo Plano Nacional, que cruz estes indicadores com os da área da educação. Os inquéritos são realizados pelo IBGE (instituto de estatística do Brasil).
- A Ponto Focal de Cabo Verde – Suleima Delgado, transmitiu que iria entrar em contacto com o instituto de estatística do seu país para aferir modalidades de colaboração neste âmbito, articulando esta consulta com o Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do TI, criado em 2013.
- A Ponto Focal de Moçambique – Paulina Mutolo, referiu que através do INE do país foi solicitado um apoio à OIT para produção de dados estatísticos sobre o TI, oportunidade que poderá ser aproveitada para incorporar informação sobre o processo em curso na CPLP.

- A Ponto Focal de Portugal – Teresa Pargana, comunicou que os dados obtidos provêm da atividade inspetiva e que Portugal acolhe como positiva a proposta de que os inquéritos nacionais incluam questões sobre o TI
- A Ponto Focal de São Tomé e Príncipe – Vilma Pinto, apontou que os dados recolhidos no seu país em 2007 e 2009 só foram possíveis com o apoio da UNICEF e que o último recenseamento, a cargo do INE, em 2002, não incluiu questões sobre o TI. Aludiu, ainda, ao inquérito múltiplo, feito pelo INE com o apoio da UNICEF, que ainda não foi disseminado e disse que o Plano de Ação Nacional prevê este tipo de atividade.
- O Ponto Focal de Timor-Leste – Aniceto Soro, comentou positivamente a necessidade sentida por todos os pontos focais e a pertinência do exercício.

Como resultado desta proposta, os Pontos Focais decidiram:

- Solicitar ao Brasil que partilhe com a CPLP a sua metodologia estatística para recolha de dados sobre o trabalho infantil no país;
- Acordar em que os restantes pontos focais enviem ao Secretariado Executivo, para apropriação de todos, as informações nacionais relevantes sobre os processos de recolha estatística sobre o tema;
- Em termos operacionais:
 - O SECPLP, após recolha desta informação, irá continuar a trabalhar com o ISCSP, o INE de Portugal e a OIT Lisboa, para proposta de uma metodologia mínima que poderá ser incorporada por todos os Estados membros para recolha de dados. Esta metodologia proporá, também, um processo de monitorização associado;
 - Este exercício será partilhado e articulado com o GT da RM da Educação da CPLP, para que se agreguem indicadores relativos à educação na CPLP;
 - O SECPLP e a OIT Lisboa desenvolverão esforços conjuntos, junto de diferentes parceiros de desenvolvimento, para angariação de recursos que permitam o lançamento deste processo nos Estados membro;

6. Posição Conjunta da CPLP – IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil (Argentina - 2017)

O Diretor de Cooperação da CPLP informou sobre o resultado da Reunião informal de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizada em Genebra, 8 de Junho de 2016, que atribuiu ao Secretariado Executivo da CPLP a preparação da proposta de declaração conjunta da CPLP à IV Conferência Global sobre o Trabalho Infantil.

Pretendendo o Secretariado Executivo da CPLP partilhar este exercício com os Pontos Focais, o Diretor de Cooperação da CPLP propôs a seguinte metodologia de trabalho, que foi aprovada por consenso:

- Envio imediato aos Pontos Focais da Declaração conjunta de 2013, submetida à III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, como base para preparação da declaração para 2017;

- Conceder aos Pontos Focais um prazo até ao final de setembro de 2016, para análise do documento e acolhimento de comentários à proposta de texto, nomeadamente sobre a tipologia de informação a considerar na declaração conjunta;
- O Secretariado Executivo incorporará estes comentários e, até 15 de outubro, circulará um draft 0 para nova ronda de comentários. Aí proporá novos prazos para consulta.
- A Declaração conjunta de 2013 consta como **anexo 7**.

7. Outras Informações - Revisão do Documento de Projeto “Cooperação na Área do Trabalho Infantil nos Estados membros da CPLP”

O Diretor de Cooperação da CPLP propôs o seguinte procedimento, aprovado por consenso pelos Pontos Focais:

- Atualizar o documento de projeto com as informações e atividades realizadas desde janeiro de 2016;
- Remeter este documento aos pontos focais até 15 de outubro para análise e acolhimento de proposta de alteração estratégica do mesmo;
- Conceder aos pontos focais o período de 2 meses para este exercício, ou seja, até 15 de dezembro de 2016;
- O Secretariado Executivo trabalhará com a OIT os contributos recebidos e proporá a metodologia seguinte até ao final de janeiro de 2017.

Os restantes itens do ponto 8 da agenda, foram abordados durante as apresentações dos pontos focais e, assim, foram dispensadas novas intervenções.

8. Encerramento

Todos os participantes na reunião foram unânimes no reconhecimento da pertinência do exercício, fundamentalmente pela boa oportunidade que constitui para a partilha de informações, troca de experiências e boas práticas, planeamento de trabalho conjunto e em rede e, acima de tudo, por se consolidar o sentimento de que o trabalho desenvolvido desde 2006, tem permitido avanços sensíveis no âmbito do combate ao TI na CPLP, colocando a Comunidade num muito apreciável patamar de diálogo com instituições como a OIT e outros parceiros internacionais.

Nada havendo mais a acrescentar, o Diretor de Cooperação da CPLP deu a reunião como encerrada.

A lista das presenças consta como **anexo 8**.